

Educação Ambiental: As Percepções dos professores de Ciências dos Anos Iniciais no município de Paraipaba-CE

Francisco Evaristo de Matos¹; Acássio Paiva Rodrigues²

¹Mestrando em Educação Especial e Inclusiva, PROFEI – Universidade Estadual da Paraíba;
e-mail: evaristo.matos@aluno.uepb.edu.br

⁴Doutorando em Ensino das Ciências, PPGEC - Universidade Federal Rural de Pernambuco;
acassio.paiva@ufrpe.br

INTRODUÇÃO

Abordar a Educação Ambiental (EA) no ensino fundamental tem como objetivo formar cidadãos conscientes, críticos e participativos, capazes de compreender a inter-relação entre o ser humano e o meio ambiente, desenvolvendo atitudes e habilidades para atuar individual e coletivamente na resolução de problemas ambientais, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida.

A EA parte de uma estratégia fundamental para a formação de cidadãos críticos e responsáveis pelo meio ambiente. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforça essa necessidade ao incluir a temática ambiental como um dos eixos transversais da educação básica, destacando sua relevância para a formação integral dos estudantes (Brasil, 2017).

A adaptação dos conteúdos às realidades locais são estratégias essenciais para tornar o ensino mais relevante e eficaz. Nesse sentido, ensinar EA desde os anos iniciais é essencial para promover uma cultura de preservação e cuidado com os recursos naturais, desde as primeiras etapas da formação escolar. Conforme Loureiro (2019), a EA não deve ser tratada como um conteúdo isolado, mas sim como uma abordagem interdisciplinar que dialogue com diferentes áreas do conhecimento.

Estudos indicam que a implementação da EA no currículo escolar melhora a percepção dos alunos sobre questões ambientais e sociais, favorecendo uma aprendizagem significativa e contextualizada (Jacobi, 2003). A formação de uma consciência ecológica na infância e na adolescência contribui para o desenvolvimento de atitudes mais sustentáveis, tanto no âmbito individual quanto coletivo.

Nesse cenário, é imprescindível que os professores compreendam os fundamentos teóricos, metodológicos e políticos da EA e estejam preparados para sua aplicação em sala de aula. Esta preparação envolve não apenas o domínio de conteúdos específicos, mas também o desenvolvimento de competências pedagógicas que possibilitem a problematização da realidade, a interdisciplinaridade e o diálogo entre saberes científicos e conhecimentos cotidianos.

A EA desempenha um papel fundamental na formação social dos indivíduos, especialmente no processo de construção de valores, limites éticos e responsabilidades socioambientais. Nesse sentido, os estudantes podem constituir-se como agentes de

transformação, uma vez que a EA compreende o ser humano de forma integrada, reconhecendo-o como sujeito histórico, social e ambientalmente situado.

No âmbito normativo, a Lei n.º 9.795/1999 estabelece que a EA compreende os processos por meio dos quais indivíduos e coletividades constroem valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente, concebido como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. Nesse sentido, a legislação reforça o caráter formativo, contínuo e transversal da EA, reconhecendo-a como elemento estruturante para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Quando adequadamente integrada às práticas pedagógicas, a EA possibilita a problematização das responsabilidades individuais e coletivas, favorecendo a ressignificação das relações estabelecidas com a natureza. De acordo com Souza e Pinto (2016) a EA não se restringe à preservação dos recursos naturais, mas abrange, de forma ampla, as condições de vida das comunidades, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Assim, compreendida em uma perspectiva crítica e interdisciplinar, a EA configura-se como um instrumento essencial para a formação de sujeitos conscientes, participativos e comprometidos com a transformação da realidade socioambiental. Ao articular conhecimentos científicos, valores éticos e práticas sociais, a EA contribui para a construção de uma cidadania ambiental voltada à promoção da justiça social, da sustentabilidade e da qualidade de vida.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui cunho qualitativo, ancorado Creswell e Creswell (2021), os quais definem esse tipo de investigação como aquela que se fundamenta na utilização de dados provenientes de entrevistas, questionários abertos, observações e outros instrumentos que privilegiam a compreensão aprofundada dos fenômenos estudados. No caso da presente pesquisa, tal abordagem se justifica pelo uso de um questionário semiestruturado, que possibilita aos participantes expressarem livremente suas percepções e experiências.

A pesquisa foi desenvolvida em fevereiro de 2026, a partir da elaboração e aplicação de um questionário semiestruturado, composto por cinco questões, destinado a 16 professores de Ciências dos anos iniciais da rede municipal de educação de Paraipaba, Ceará. O instrumento teve como objetivo investigar as percepções, concepções e práticas docentes relacionadas à EA no contexto escolar.

Para este estudo, serão apresentados e discutidos os dados referentes à terceira questão do questionário, a qual apresentou uma indagação aos docentes acerca da importância da inserção da Educação Ambiental nas práticas pedagógicas em sala de aula. A análise dessa questão possibilita compreender como os professores concebem o papel da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem e de que forma reconhecem sua relevância para a formação crítica, ética e socioambiental dos estudantes. Os dados serão apresentados e discutidos no tópico seguinte.

RESULTADOS

A análise das respostas das professoras evidencia um consenso acerca da importância da EA no ensino de Ciências nos anos iniciais, revelado por afirmações como “extremamente necessário”, “sem dúvidas” e “de suma importância”. Esse conjunto de falas demonstra que a EA é compreendida como elemento central no processo educativo, especialmente diante das problemáticas ambientais contemporâneas. Tal percepção está em consonância com Loureiro (2007), que defende a EA crítica como dimensão estruturante da formação humana frente à crise socioambiental, destacando seu papel indispensável na educação básica.

Ao destacarem que essa necessidade se justifica pela “situação do planeta”, as docentes evidenciam uma compreensão contextualizada das questões ambientais, reconhecendo a escola como espaço de enfrentamento das crises ecológicas. Esse resultado dialoga com as reflexões de Carvalho (2025), que compreende a EA como prática social voltada à formação de sujeitos capazes de interpretar e intervir na realidade. Nessa perspectiva, a EA deixa de ocupar um lugar secundário e passa a ser compreendida como eixo formativo essencial, sobretudo nos anos iniciais, em que se constroem valores e atitudes.

Outro aspecto recorrente nas respostas refere-se à EA como instrumento de conscientização e preservação dos recursos naturais. As falas que apontam que “é através da conscientização dos alunos que iremos conservar os recursos naturais” evidenciam uma concepção voltada à formação ética e ao desenvolvimento de atitudes sustentáveis. Esse entendimento é corroborado por Carvalho (2025), que evidenciam que práticas de EA na infância contribuem significativamente para a construção de valores socioambientais e para a adoção de comportamentos responsáveis ao longo da vida.

Outro elemento relevante identificado nas falas é a associação da EA ao desenvolvimento do pensamento crítico. As professoras afirmam que a EA “promove aos alunos um pensamento crítico por meio de experiências práticas e projetos”, indicando a valorização de metodologias ativas. Esse resultado converge com estudos de Sasseron e Carvalho (2024), que destacam a importância de práticas investigativas no ensino de Ciências para o desenvolvimento da criticidade e da participação dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Os resultados da investigação evidenciam que a EA é compreendida pelos docentes como elemento indispensável no ensino de Ciências nos anos iniciais, sendo associada tanto à urgência das problemáticas ambientais quanto à formação integral dos estudantes. O consenso presente nas falas revela uma percepção alinhada às discussões teóricas da área, nas quais a EA assume papel estruturante no processo educativo. Nesse sentido, os dados reforçam a compreensão de que a inserção da temática ambiental no contexto escolar não deve ocorrer de forma pontual ou acessória, mas como eixo contínuo de formação, contribuindo para o desenvolvimento de sujeitos críticos e conscientes frente aos desafios contemporâneos.

Além disso, observamos que os professores docentes atribuem à EA uma função formativa voltada à construção de valores, atitudes e comportamentos sustentáveis, destacando a conscientização como elemento fundamental para a preservação dos recursos naturais. Tal perspectiva evidencia uma aproximação com abordagens críticas da EA, que defendem a articulação entre conhecimento científico e responsabilidade social.

Ademais, destaca-se a valorização de metodologias ativas, como projetos e experiências práticas, como estratégias para o desenvolvimento do pensamento crítico no ensino de Ciências. Essa compreensão aponta para uma concepção de ensino que ultrapassa a transmissão de conteúdos, priorizando a investigação, a problematização e a contextualização do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Brasília, DF, 2021.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2025.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

JACOBI, P. R. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, v. 118, p. 189-205, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, S.S., TRAJBER, R. (Coord.). **Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e praticas em Educação**

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação / Ministério do Meio Ambiente / UNESCO, 2007.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Almejando a alfabetização científica no ensino fundamental: a proposição e a procura de indicadores do processo. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 13, n. 3, p. 333–352, 2008.

SOUZA, M. L. M.; PINTO, A. C. A importância da Educação Ambiental no Ensino de Ciências. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 6, n. 11, 2016.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP